

A IMPORTÂNCIA DO AEE NAS ESCOLAS REGULARES

THE IMPORTANCE OF AEE IN MAINSTREAM SCHOOLS



ISABEL CRISTINA DE MENEZES BARRA

Graduação em Letras Português /Inglês pela universidade Ibirapuera; graduação em Pedagogia pela Faculdade Aldeia de Carapicuíba; pós graduação, lato sensu em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia, Faculdade Nova Imigrantes. Professora de Educação infantil e Fundamental 1 na EMEF Teodomiro Toledo Piza e Professora de Educação Básica na E.E Evandro Cavalcanti Lins e Silva.

RESUMO

O presente trabalho, que disserta acerca da temática educação inclusiva traz consigo uma tentativa de reflexão acerca da importância de haver uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede escolar pública ou estadual, como também acerca de sua importância durante toda a vida dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Desta forma, este trabalho tem como finalidade principal auxiliar para que haja compreensão acerca da formação inclusiva dentro e fora da unidade escolar, ou melhor, para que este processo seja visto como uma ferramenta de recurso voltado totalmente para a Inclusão Escolar de alunos com deficiência em escolas regulares. Muitos educadores veem as salas de AEE como um novo modelo de “Reforço Escolar” no qual muitas vezes o aluno vai, não para brincar, como muitos pensam, mas para ter uma melhor chance de aprendizado. O pensamento de que o AEE é apenas uma distração se mostra arcaico, não se mostrando como um pensamento com veracidade positiva. A sala de AEE nas unidades escolares têm uma enorme importância para as crianças com deficiência, desenvolvendo-as tanto em sua vida escolar, como na profissional, na vida pessoal e em seu lado social. Desta forma, esta temática se torna de total relevância para ser debatida neste trabalho de final de curso. Para tanto, será feita uma pesquisa de cunho bibliográfico, por meio da qual serão elencados pensamentos de teóricos consagrados no meio educacional, os quais contribuirão para a edificação deste artigo, como também para a credibilidade de tudo que aqui for debatido.

Palavras-chave: AEE; Educação; Inclusão; Ensino.

ABSTRACT

This work, which discusses the theme of inclusive education, brings with it an attempt to reflect on the importance of having a Specialized Educational Service (AEE) room in the public or state school

network, as well as its importance throughout the students' lives. who have some type of disability. In this way, the main purpose of this work is to help create an understanding of inclusive training within and outside the school unit, or rather, for this process to be seen as a resource tool aimed entirely at the School Inclusion of students with disabilities in regular schools. Many educators see AEE classrooms as a new model of "School Reinforcement" where students often go, not to play, as many think, but to have a better chance of learning. The thought that AEE is just a distraction appears to be archaic, not proving to be a thought with positive veracity. The AEE room in school units is extremely important for children with disabilities, developing them in their school, professional, personal and social lives. In this way, this topic becomes completely relevant to be debated in this final course work. To this end, bibliographical research will be carried out, through which the thoughts of renowned theorists in the educational world will be listed, which will contribute to the construction of this article, as well as to the credibility of everything discussed here.

Keywords: AEE; Education; Inclusion; Teaching.

INTRODUÇÃO

A temática discutida neste trabalho abordado tem como olhar o contexto da educação inclusiva, mostrando as grandes transformações pelas quais as salas de AEE nas unidades escolares da rede municipal e estadual tem passado.

As salas de AEE têm como princípio capital se destacar perante a sociedade e ter o seu espaço na sociedade, com credibilidade e aceitação como sendo uma ferramenta de suma importância no meio educacional que se mostra inclusivo.

Com a edificação desta nova ferramenta educacional, muitos alunos começaram a ter uma atenção bem maior, como também a garantia de seu direito ser assegurado pela Lei.

A lei passa então a garantir aos alunos que apresentam necessidades especiais uma forma mais precisa e justa para estudarem e aprenderem de forma concreta juntos a todos os demais alunos da sala de aula regular.

Desta forma, um educador que leciona em salas de aula regulares e da educação básica passa a receber em sua turma alunos da inclusão. Isso faz com que muitos acreditem que estes educadores não conseguirão harmonizar suas aulas de forma construtiva, visto que, segundo eles, com uma turma com mais de trinta alunos e ainda tendo incluso nela alunos com necessidades especiais, se tornaria impossível ter qualidade no ensino.

Contudo, como muitos teóricos mostram, a inclusão não veio para atrapalhar e sim para mostrar que todos têm os seus direitos e que, com ela, a Educação pode sim ser inclusa e de qualidade.

Sendo assim, esta temática se torna de total relevância para ser debatida neste trabalho de final de curso. Para tanto, será feita uma pesquisa de cunho bibliográfico, por meio da qual serão elencados pensamentos de teóricos consagrados no meio educacional, os quais contribuirão para a edificação deste artigo, como também para a credibilidade de tudo que aqui for debatido.

COMPREENDENDO O AEE

O AEE é um serviço educacional centrado no atendimento à educação especial e que atua nas escolas regulares realizado tal serviço em períodos contrários ao período em que o aluno com necessidades especiais estuda em sua turma regular.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, apreende-se que a oferta deste trabalho aos alunos com necessidades especiais é obrigatória, sendo destinada a todos os alunos da escola, que sejam público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

O educador que trabalha neste tipo de acolhimento é o educador de educação especial, o qual necessita ser formado nesta área de atuação. No atendimento efetivado no contraturno da criança, as indigências e os seus potenciais são trabalhados, com o desígnio de abonar novas passagens para a aprendizagem.

Por meio deste modelo de atendimento, o educador de educação especial poderá edificar a aprendizagem as crianças, agindo com observações e sugestões que ajudarão no trabalho realizado com educador da sala de aula regular que o aluno frequenta.

Este tipo de atendimento aos alunos com necessidades especiais é garantido por lei ao público-alvo da Educação Especial, como indica claramente o parágrafo único da Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, despontando que:

Araújo (2018) esclarece que o atendimento educacional especializado não deve ser confundido com o ensino tradicional; ele é uma esfera distinta, não se reduzindo a um mero espaço de reforço escolar ou mera complementação das atividades escolares habituais. Exemplos concretos dessa abordagem são diversos e altamente especializados: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e a formação dos alunos na utilização de recursos de tecnologia assistiva, que incluem comunicação alternativa e ferramentas de acessibilidade ao computador, envolvendo também orientação e mobilidade específicas, além da preparação e disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis.

Figura 1 – O AEE



Fonte: AEE Facebook (2024)

Tal atendimento se mostra acentuado pela Política de Educação Especial na esperança de que haja uma Educação Inclusiva, mostrando ter como

(...) função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10).

Com isso, apreende-se que a sala de AEE é de capital importância para afiançar que as crianças com necessidades especiais tenham um acesso de qualidade nas instituições de ensino regular. A

Alves (2006) afiança que na sala de AEE o educador é o mediador e o instrutor dos alunos e, com isso, ele e o educador da turma regular devem trabalhar juntos, buscando sempre identificar os empecilhos que eles encaram juntos no todo educacional.

De acordo com Mittler (2003):

A Inclusão implica uma reforma radical nas reformas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos em sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p34).

Desta forma, o parecer inclusivo necessita que haja um aperfeiçoamento no esqueleto educacional no qual a disposição dos alunos nos ambientes educativos e o currículo educacional necessitam ser repensados com um novo olhar, o que também deve acontecer com as configurações

das avaliações. A desigualdade neste trabalho necessita ser apreendida, apreciada e acolhida neste ambiente que é mesclado pela diferença.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é conhecido como um serviço educacional que tem como meta o auxílio às crianças com necessidades especiais, garantindo a eles que tenham o seu direito acolhido por meio de atividades feitas dentro de salas de AEE.

A sala de AEE é um expediente que ampara e trabalha em vista o desenvolvimento vivo, completo e objetivo da criança com necessidades especiais, como por exemplo crianças com transtornos globais ou ainda desenvolvimento de altas habilidades ou ainda superlotação.

A SEESP/MEC; 01/2008 afiança que:

É uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas e todas as modalidades da educação básica e superior. Disponibiliza o AEE e os recursos próprios desse atendimento. Orienta alunos e professores quanto à utilização desses recursos nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 57).

Os educadores que trabalham com salas de aula regulares podem trabalhar nas salas de AEE caso tenham também algum tipo de formação voltado para esta área educacional. Como exemplo pode ser citado o educador de LIBRAS, que, de acordo com sua formação, pode trabalhar como educador de Língua Portuguesa, como também em salas de aula de AEE, graças a sua formação.

Dentro dessa perspectiva, revela-se que a criança com deficiência demanda do educador um olhar profundamente atento, empático e flexível, que transcenda as atividades e o convívio social, reconhecendo que cada deficiência carrega um conjunto único de desafios e nuances, mas isso não reduz o aluno a um estado de passividade; pelo contrário, ele possui a capacidade de aprender, ensinar e desenvolver habilidades, desafiando e redefinindo as expectativas tradicionais de ensino e aprendizado.

Levando em consideração os apontamentos de Bedaque (2014), entende-se que a necessidade de superar barreiras para um trabalho colaborativo é essencial para desconstruir estigmas profundamente arraigados, pois a falta de compreensão da professora da sala regular sobre a inclusão escolar, evidenciada pela sua dificuldade em acolher o aluno, reflete uma crença prejudicial e um resquício de uma cultura que ainda marginaliza a ideia de que a escola deve ser um espaço verdadeiramente inclusivo para todos.

A sala de atendimento especializado se configura como um elo na interseção entre o aprendizado em sala de aula regular e o desenvolvimento das competências, atuando como um recurso vital da educação especial dentro da rede regular de ensino. Diante da realidade das salas superlotadas na escola brasileira, é um fato que os professores frequentemente se veem

impossibilitados de oferecer a atenção diferenciada que os alunos com deficiência necessitam. É exatamente nessa lacuna que o AEE se insere, fornecendo a atenção personalizada e o suporte fundamental para atender às necessidades específicas dos alunos, transformando potencialidades em conquistas significativas.

O sistema de atendimento AEE na rede escolar opera como uma engrenagem sofisticada: alunos com deficiência participam das aulas regulares ao lado de seus colegas, enquanto são direcionados para sessões específicas na sala de AEE em horários distintos. Nesse cenário, o professor de AEE assume um papel de vigilância e avaliação constante, monitorando meticulosamente o progresso do aluno e garantindo que a inclusão esteja se concretizando com eficácia.

As atividades na sala de AEE são minuciosamente planejadas para serem complementares e sinérgicas às que são oferecidas na sala de aula regular, permitindo ao profissional especializado fornecer um feedback detalhado e assertivo sobre o desenvolvimento educacional do aluno, enquanto ajusta as estratégias conforme necessário para maximizar o sucesso do processo inclusivo.

Através dos relatórios detalhados elaborados pelo professor do AEE, a Secretaria de Educação obtém uma visão abrangente do estado do aluno tanto na esfera escolar quanto no contexto familiar. Essa interface vital entre escola e família é bastante decisiva para o desenvolvimento integral de qualquer estudante, mas adquire uma dimensão ainda mais significativa no caso das crianças com deficiência. Desse modo, demanda-se que a família não apenas reconheça, mas também adote uma perspectiva enriquecida e empática em relação às singularidades do aluno, facilitando assim um crescimento intelectual e social robusto e harmonioso.

No AEE, uma variedade de recursos é meticulosamente disponibilizada para promover uma educação digna e inclusiva para os alunos com deficiência. Esses recursos vão desde jogos que desafiam o raciocínio lógico e espacial até atividades que envolvem coordenação motora e conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa, proporcionando ao aluno a oportunidade de expandir seus conhecimentos de maneira inovadora e envolvente.

Para crianças cuja deficiência compromete a concentração, as ferramentas visuais vibrantes e os desenhos estimulantes não apenas capturam sua atenção, mas também despertam um desejo inato de exploração e descoberta, transformando o processo de aprendizagem em uma experiência fascinante e efetiva.

A ferramenta digital, como os computadores, é responsável por incorporar as novas tecnologias e redes sociais, adaptando-se às necessidades específicas de cada deficiência, enquanto reflete as condições sociais contemporâneas. As redes sociais, onipresentes no cotidiano moderno, não são meros acessórios, mas sim poderosos catalisadores de aprendizado e interação, oferecendo ao aluno com deficiência uma inserção em ambientes multifacetados e inovadores.

Nesse contexto, ressalta-se que a introdução de tecnologias emergentes, como o computador, não é vista como uma simples questão de adaptação, mas sim como oportunidade fundamental de demonstrar como essas ferramentas digitais são determinantes e transformadoras

para o processo de aprendizado, ampliando horizontes e possibilitando uma integração enriquecedora e multidimensional.

O Braille, enquanto recurso primordial de aprendizado para alunos com deficiência visual, é uma ferramenta crucial que transcende a mera funcionalidade, sendo a forma essencial de escrita que abre portas para a inclusão efetiva. A Máquina Braille, um dos pilares do AEE, não é somente apresentada como um artefato técnico para alunos com deficiência visual, mas também como um recurso educativo que esclarece a todos sobre a escrita tátil dos deficientes visuais.

Dessa forma, elucida-se a relevância de que o professor do AEE não se prenda unicamente ao processo de compreensão, buscando dominar a arte de ensinar a utilização desta máquina, mediante a capacitação de crianças e adolescentes para explorarem o extenso potencial do Braille e, conseqüentemente, a transcenderem barreiras na jornada educacional.

Diversos recursos digitais, livros, brinquedos, estão disponíveis nas salas de atendimento educacional especializado, todos eles acessíveis para que abracem o maior número de crianças deficientes, para que, assim, nenhuma se sinta excluída ou sem acesso à educação digna.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEU PÚBLICO

Os educadores das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) têm como meta principal atender a todos os alunos com deficiências e ainda garantir-lhes uma Educação com qualidade, voltada a todos os alunos da unidade escolar, que necessitam do apoio da sala de AEE.

Para este processo, e visto e selecionado como público-alvo os alunos que mostram possuir qualquer tipo de necessidades especiais, precisando, desta forma, de ter um atendimento mais individualizado.

Neste grupo, podem ser citados os alunos que apresentem ter certos impedimentos de longo prazo, os quais podem vir a ser de natureza física, de natureza mental, natureza intelectual ou ainda de natureza sensorial, fazendo com que estas crianças passem a necessitar de um atendimento mais adequado e mais apropriado a suas necessidades.

Os educadores das salas de AEE atendem alunos com diversos tipos de problemas de transtornos globais neuropsicomotor. Esses alunos são aqueles alunos que demonstram um quadro alterado em seu desenvolvimento e isso geralmente compromete toda a sua relação com o lado social, o lado da comunicação e ainda o seu lado motor.

Neste grupo de alunos atendidos nas turmas de AEE há os alunos com autismo clássico, com transtornos, com síndrome de Asperger e muitos outros transtornos, como alunos com altas habilidades ou com superdotação.

De acordo com a ONU (2006), pessoas com deficiência são aquelas que possuem impedimentos duradouros de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, ao interagir

com uma série de barreiras, podem comprometer significativamente sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais.

Nas turmas de AEE, os educadores mostram claramente que se deparam com múltiplas dificuldades para conseguirem atender aos seus alunos que possuem necessidades especiais com maestria.

Tais dificuldades surgem ou por má formação profissional ou mesmo por faltar informações, tudo isso leva o educador da sala de AEE a não saber ou mesmo a não compreender com qual transtorno de aprendizagem está lidando.

De acordo com a Resolução do CNE/CEB Nº2/2001 o educador que trabalha com as turmas de AEE necessita ter sua pós-graduação, sua graduação ou mesmo seus cursos de formação continuada voltados especialmente para a área de educação especial.

Além desse pré-requisito, o educador necessita ter noção de,

[...] Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros (ALVES, 2006, p. 17).

Como podemos notar com as palavras de Alves (2006), os educadores das salas de AEE têm como meta basilar o desenvolvimento de “[...] estratégias de aprendizagem, centradas em um novo saber pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.”

Desta forma, apreende-se muito bem que as aulas nas salas de AEE não possuem as mesmas formas e resultados daquelas aulas desenvolvidas em salas de turmas regulares.

Tendo em vista o artigo 13º da 4ª Resolução de outubro de 2009, são pertinências dos educadores das turmas de AEE:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009).

Compreende-se que o trabalho em equipe, ou seja, com a participação do educador da sala do AEE, o educador da sala regular e principalmente da família é de suma relevância para a edificação de práticas pedagógicas realmente voltadas para a inclusão, as quais almejam o aprimoramento da autonomia e ainda da formação individual de cada aluno.

A autora ainda mostra claramente que certos conceitos são assinalados no século XX “pelo embate teórico-metodológico das matrizes epistemológicas do objetivismo e do subjetivismo pós-renascentista, [...] num oceano de investigações sobre os processos de desenvolvimento e de aprendizagem”.

Neste sentido, Garcia (2005 apud Pletsch, 2010) acentua que “a prática profissional depende das decisões individuais, que não estão isentas da influência de normas coletivas e de regulações organizacionais”.

Quando se aborda a prática pedagógica envolvida com a Educação Inclusiva, apreende-se que ambos os processos são totalmente diferenciados das práticas denominadas integradoras.

Mitler (2003) disserta que a inclusão se diferencia da integração “muito mais do que uma moda e uma semântica do politicamente correto”.

Para Mitler (2003):

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagógica e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a 1ª linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou deficiência (MITLER, 2003, p. 34).

Com isso, apreende-se prontamente que a inclusão em escolas regulares exige que haja a edificação de práticas pedagógicas que busquem orientar a convivência de todos com a diferença que há entre todos na unidade escolar, isso tem de ser feito de modo que elimine os obstáculos e que ainda acabe com as discriminações que há muito tempo se mostram tão presentes nas salas de aula regulares.

Tendo em vista cada aluno com deficiência, deve-se romper com as práticas pedagógicas que estipulam limites já fixados que deveriam ser alcançados pelos alunos, visto que o olhar inclusivo nas unidades escolares compreende que esses alunos possuem tempo e capacidades próprios de cada um e ainda que devem todos, independente de suas diferenças, ser respeitados.

O PAPEL DO EDUCADOR ESPECIALIZADO NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Neste cenário imerso em recursos educacionais projetados especificamente para cada deficiência, o educador especializado se destaca, exercendo uma função fundamental na evolução e no progresso de crianças e jovens com deficiência, convertendo cada interação em uma oportunidade ímpar para a ampliação das habilidades e potencialidades desses alunos.

A atuação no AEE deve ser desempenhada por um professor que, além de possuir uma formação inicial robusta que o capacite para a docência, deve também ter uma especialização aprofundada em educação especial, seja ela inicial ou continuada. Este educador não se limita apenas ao atendimento direto ao aluno, visto que suas responsabilidades se estendem à implementação de estratégias inovadoras e ao fornecimento de recursos acessíveis e adaptativos,

promovendo um ambiente inclusivo e dinâmico que favoreça o desenvolvimento integral e a autonomia dos alunos com deficiência.

Figura 2 – O Educador no AEE



Fonte: Gestão Escolar (2024)

Segundo Bedaque (2014), as condições únicas de cada escola e os contextos diversificados enfrentados pelos educadores impõem um desafio monumental para sua reestruturação, exigindo uma transformação radical em concepções e posturas. Desse modo, faz-se necessário que promovam ações pedagógicas revolucionárias que não apenas criem, mas recriem o modelo educativo, explorando todas as possibilidades de ser e aprender que cada aluno oferece.

Partindo dessa hipótese, é evidente que, para a concretização da educação de crianças e adolescentes com deficiência, um esforço colaborativo e intrincado entre o professor de AEE, a escola, o professor regular, a família e os auxiliares, é não apenas desejável, mas determinante, para viabilizar meios de educação verdadeiramente acessíveis e eficazes.

As intervenções do profissional de AEE, portanto, são de importância transcendental e englobam: a colaboração intensa com os professores da sala de aula regular, a orientação estratégica às famílias dos alunos com deficiência, a concepção e implementação de planos de AEE meticulosamente elaborados e a promoção vigorosa da inclusão plena do aluno no ambiente educacional.

Analisar o caso de deficiência de cada aluno é um processo primordial e meticuloso que funda o alicerce do trabalho do professor de AEE, servindo como um exercício investigativo e avaliativo

profundo. Por meio dessa análise detalhada, o professor, munido de um olhar altamente sensível e atento, se imerge nos aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais do aluno, construindo um perfil múltiplo e enriquecedor.

Assim sendo, entende-se que esse processo possibilita a formulação de um plano de AEE que seja capaz de atender tanto as nuances específicas de cada deficiência quanto potencializar a aprendizagem, alicerçado na parceria sinérgica entre o professor da sala regular e o professor de AEE.

O plano de AEE, meticulosamente elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado após uma análise profunda do caso, é um documento estratégico essencial que exige uma compreensão cristalina das especificidades da deficiência para garantir um impacto educacional verdadeiramente transformador. Este planejamento visa a implementação de estratégias pedagógicas altamente eficazes e uma educação digna, objetivando atuar como um escudo contra a evasão escolar, enquanto promove resultados excepcionais e a plena inclusão do aluno no processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como meta basilar ajudar para que, com sua leitura, houvesse uma melhor compreensão acerca das práticas pedagógicas dos educadores das turmas de AEE, tendo como pressuposto a importância que tem as turmas de AEE, como também as salas de recursos em uma unidade escolar.

Com tudo o que foi lido neste artigo, torna-se possível refletir que, o que realmente faz de uma escola se tornar referência em AEE dentro de unidades escolares, sejam da Rede Municipal ou da Rede Estadual de ensino é a qualidade que deve existir quando se fala do atendimento do educador das turmas de AEE, o qual necessita sempre buscar seu aperfeiçoamento para, desta forma, conseguir oferecer um atendimento de qualidade aos seus alunos.

Os educadores das turmas de AEE fazem um trabalho no qual os alunos conseguem se sentir incluídos na escola, fazendo realmente parte dela. Mesmo havendo resistência por parte de alguns educadores das turmas regulares em aceitar a ajuda do educador do AEE, eles conseguem trabalhar o processo de inclusão dos alunos nas turmas regulares de forma eficaz.

É de suma importância compreender que todos os educadores envolvidos neste processo inclusivo dos alunos com deficiência em turmas regulares compreendem que novos conhecimentos na área educacional inclusiva surgem a cada dia, necessitando, então, que estes educadores sempre se atualizem para que trabalhem sempre em pró de uma educação de qualidade e voltada para TODOS.

Desta forma, entende-se que a prática pedagógica do educador de turmas de AEE nas escolas regulares explica claramente o fato dela ser encarada como ponto de referência de um

atendimento personalizado e apropriado ao aluno com deficiência, contudo, percebe-se ainda que é preciso haver muitas melhorias dentro das turmas de AEE, tendo sempre em vista que o trabalho oferecido neste processo precisa ser realizado com muito mais eficiência e que precisa ser feita produção de recursos didáticos pedagógicos que contribuam sempre para que sempre melhore a aprendizagem em sala de aula .

A elaboração deste trabalho reforça, então, o importante papel do educador de turmas de AEE para a educação dos alunos com múltiplos tipos de deficiência, como também reforça a ideia do quanto é relevante insistir para que haja uma parceria entre os educadores de AEE, os educadores de turmas regulares e os gestores, para que, desta forma, também haja a edificação de práticas voltadas para a inclusão, em escolas regulares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1961.

_____. **Constituição (1988) Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília:2008.

_____. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. CNE. CEB. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: 2001.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p.17.

GARCIA, R. M. C. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MARQUES, L. P. **O Professor de Alunos com Deficiência Mental: concepções e práticas pedagógicas**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2001.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto alegre: Artmed 2003.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau: Edur/UFRRJ, 2010. SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Salamanca.** 1994. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.